

CONTRATO Nº 05/2022

CONTRATO DE SUBSCRIÇÃO, PELO PERÍODO DE 24 MESES, DE 6 LICENÇAS COMPLETAS DO SOFTWARE ADOBE CREATIVE CLOUD PARA EQUIPES

CONTRATANTE: União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro, com sede na Avenida Presidente Wilson, nº 198, Centro, na cidade do Rio de Janeiro, inscrito no CNPJ sob o nº 06.170.517/0001-05, representado pela Diretora-Geral **Eline Iris Rabello Garcia da Silva**, de acordo com a delegação de atribuições contidas no Ato do Gabinete da Presidência nº 388/2021.

CONTRATADA: MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 04.198.254/0001-17, estabelecida no SHN Quadra 01, Conjunto "a" bloco "a" entrada "a", sala 803, Asa Norte, Brasília/DF, representada por **Carlos Roberto da Silva Abrahão**, portador da Carteira de Identidade nº 424.390-SSP/DF e CPF sob o nº 146.352.591-53, na qualidade de sócio, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada pelo contrato social doc. 2129611 do processo de contratação.

As CONTRATANTES resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 05/2022, instruído através do processo TRE nº 2021.0.000020390-9, com fundamento nas Leis nº 8.666/1993 e Lei nº 10.520/2002, e vinculado ao Edital e anexos, bem como à proposta vencedora, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato é a **subscrição, pelo período de 24 meses, de 6 licenças completas do software Adobe Creative Cloud para equipes**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

1.2. O objeto será executado em regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. O valor do presente contrato é de **R\$52.983,96 (cinquenta e dois mil, novecentos e oitenta e três reais e noventa e seis centavos)**.

2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e

comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. A despesa decorrente desta contratação, no valor de **R\$52.983,96 (cinquenta e dois mil, novecentos e oitenta e três reais e noventa e seis centavos)**, correrá por conta do elemento 3390.40.06 (Locação de softwares), relativo ao Programa de Trabalho Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral, do Orçamento do TRE/RJ, conforme Notas de Empenho 208 e 209/2022, ambas de 04/02/2022.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá vigência de 24 meses, a contar da ativação da licença, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei nº 8.666/1993, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA E DA ASSISTÊNCIA

5.1. O período de subscrição do fabricante deverá ser de **24 meses**, contados a partir da data de ativação da licença pelo TRE-RJ.

5.2. O atendimento para o software, durante todo o período de vigência da subscrição, deverá ser efetuado através de número com prefixo 0800 ou telefone local da cidade do Rio de Janeiro, no idioma português do Brasil.

5.3. Durante toda a vigência do período da subscrição, o TRE-RJ deve ter o direito de abrir número ilimitado de chamados.

5.4. Durante todo o período de vigência da subscrição, os serviços de manutenção deverão estar disponíveis, no mínimo, no horário comercial de 8h00 a 18h00, com prazo máximo para resposta de 2 horas após a abertura do chamado.

5.5. O atendimento deverá ser realizado por profissionais especializados, cobrindo a correção de defeitos operacionais, funcionais e de desempenho do software, e incluir todos os reparos, ajustes e correções necessárias para o adequado funcionamento da ferramenta, sem ônus adicional para o TRE-RJ.

5.6. Durante a vigência da subscrição, o TRE-RJ deve ter o direito de realizar a atualização do software para uma versão mais recente, quando disponibilizada pelo fabricante, e sempre que julgar necessário, sem qualquer ônus adicional para o Tribunal.

5.7. As novas versões (arquivos de imagem ISO e chaves de instalação) deverão estar disponíveis para download no sítio de licenciamento do fabricante do software, mediante acesso autenticado por meio de login e senha exclusivos do TRE-RJ.

5.8. Durante todo o período de vigência da subscrição, deverá ser possível aos técnicos do TRE-RJ acessar, no sítio do fabricante do software na internet, base de conhecimentos do fabricante que contenha informações, assistência e orientações para instalação, desinstalação, configuração e atualização do software, bem como aplicação de correções, diagnósticos e

resolução de problemas, e demais atividades relacionadas à correta operação e funcionamento do software.

5.9. Deverá estar disponível no sítio do fabricante do software, no regime de 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana), durante todo o período de vigência da subscrição, acesso para download de correções e atualizações para o software fornecido.

5.10. O registro do software, junto ao fabricante, deve ser feito em nome do TRE-RJ

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. DO CONTRATANTE:

6.1.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, através de comissão/servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas.

6.1.2. Comunicar à contratada a ocorrência de quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato, fixando prazo para seja sanado o problema.

6.1.3. Efetuar o pagamento devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas pela CONTRATADA todas as formalidades e exigências do Edital e seus anexos.

6.2. DA CONTRATADA:

6.2.1. Executar o objeto deste Contrato conforme as determinações previstas no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

6.2.2. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação.

6.2.3. Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou aos seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

6.2.4. Não transferir ou ceder a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato.

6.2.5. Não subcontratar, ressalvados os casos de subcontratação parcial do objeto, quando autorizado pela Administração.

6.2.6. Autorizar ao Contratante o acesso a dados pessoais dos representantes da Contratada, tais como número do CPF e do RG, endereço eletrônico e cópia do documento de identificação, para a execução do serviço objeto deste contrato, em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e Resolução TSE nº 23.650/2021..

6.2.7. Comunicar ao Contratante, em até 24 horas, qualquer incidente de acesso não autorizado aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

6.3. OBRIGAÇÕES COMUNS DAS PARTES:

6.3.1. As partes declaram que têm ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 - Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e

Resolução TSE nº 23.650/2021 e, se comprometem a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na referida lei, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados em virtude da execução contratual, sendo vedada a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado para finalidade distinta daquela contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

6.3.2. As partes se comprometem a manter a integridade, o sigilo e a confidencialidade de todas as informações - em especial os dados pessoais e dados sensíveis - repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e Resolução TSE nº 23.650/2021, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual.

6.3.3. As partes responderão administrativa e judicialmente, em relação aos danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, causados aos titulares de dados pessoais, em decorrência da execução contratual por inobservância da LGPD e Resolução TSE nº 23.650/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será realizado no prazo de até 30 dias, contados do recebimento definitivo do material, por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da contratada.

7.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993, atualizados pelo Decreto 9.412/2018, serão efetuados no prazo de até 5 dias úteis, contados da data do atesto da nota fiscal, nos termos do art. 5º, §3º da mesma lei.

7.1.2. Quando a contratada for optante pelo Simples Nacional, para que não sofra a retenção de tributos prevista na legislação, deverá ser apresentada, juntamente com a nota fiscal/fatura, declaração de inscrição no Simples Nacional, assinada pelo representante legal da contratada, na forma do Anexo IV da IN RFB nº1234/12, com redação dada pela IN RFB nº1244/12.

7.2. A fiscalização do contrato terá o prazo de 10 dias para atestar a nota fiscal/fatura e encaminhá-la para pagamento, devendo ser observados os procedimentos previstos na IN DG nº 04/2012 (acessível em www.tre-rj.jus.br - Legislação - Normas do TRE-RJ – Instruções Normativas da Diretoria Geral – filtrar pelo ano e número da norma).

7.2.1. Em caso de erro na nota fiscal/fatura, esta será devolvida à contratada, com a exposição dos motivos do não atesto e o prazo referido no subitem 7.2 retornará à contagem inicial.

7.2.2. Caso a nota fiscal/fatura apresente valor superior ao correto a faturar, a contratada poderá autorizar a glosa da diferença apurada ou a substituição da mesma, no prazo máximo de 3 dias úteis, a contar da comunicação deste Tribunal.

7.3. Para fins de pagamento à contratada, será verificada a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

7.4. Caso a contratada opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto daquele constante na proposta, deverá ser comprovada regularidade fiscal e trabalhista de ambos os estabelecimentos.

7.5. No caso de atraso no pagamento provocado exclusivamente pela Administração, a contratada fará jus à atualização financeira, com juros de mora de 0,00016438% ao dia, alcançando-se 6% ao ano, multiplicados pelo número de dias de atraso entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE

8.1. O preço pelo qual será contratado o serviço será fixo e irrevogável durante a vigência da contratação.

8.2. Nos casos que couber a prorrogação do contrato, observado o interregno mínimo de 12 meses, contados da data de apresentação da proposta, o preço contratado poderá, com base na variação do IPCA, mantido pelo IBGE ou, no caso de extinção deste, em outro índice que venha a substituí-lo.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

CLÁUSULA NONA - DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DO RESULTADO (IMR)

9.1. Não se aplica.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As sanções administrativas estão previstas no item VIII do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Da aplicação das sanções definidas na Cláusula anterior caberão os recursos previstos no art. 109 da Lei nº 8.666/93, observados os prazos e procedimentos ali estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

12.1. O presente Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, na ocorrência superveniente de quaisquer das hipóteses previstas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

13.1. O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do CONTRATANTE, pela inexecução total ou parcial de suas cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, sem que caiba à CONTRATADA direito a indenizações de qualquer espécie.

13.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurada à CONTRATADA o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.

13.3. A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da decisão da autoridade competente em processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

14.1. O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial, conforme o disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. O foro competente será o da Seção Judiciária da Justiça Federal, na Capital do Estado do Rio de Janeiro, para dirimir qualquer questão relativa ao presente Contrato.

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em 2 vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2022.

Diretora-Geral do TRE/RJ

MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA

TESTEMUNHAS:

1)

2)